

ENTREVISTA

GRANDES TEMAS: A Produção da Ciência Política no Centro Norte brasileiro

GREAT THEMES: The Production of Political Science in the Center-North of Brazil



João Paulo Saraiva Leão Viana

Sobre o entrevistado:

Professor Adjunto de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Doutor em Ciência Política pela Unicamp, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará; mestre em Relações Internacionais para América do Sul pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA; realizou estágio de graduação no Forschungsinstitut für Politische Wissenschaft der Universität zu Köln (Universidade Colônia) – Alemanha. Analista político do Legis-Ativo, do portal Estado de S. Paulo (Estadão). Colunista político da Rádio CBN Amazônia/Porto Velho; Membro do corpo editorial dos periódicos Suffragium (TRE-CE); Sul Global (IRID/UFRJ); Politi(k)con (Unemat). É pesquisador do Observatório das Nacionalidades (ON/UECE); Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital de Amor da Amazônia (CEP/HAA). Tem experiência nas áreas de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política e Comportamento Político, atuando nos seguintes temas: pensamento político; política brasileira; eleições e partidos políticos; sistema político; tema partidário subnacional; Rondônia; Bolívia: política boliviana. Foi secretário executivo da Diretoria Regional Centro-Norte da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), no biênio 2017-2019.

- **Politi(k)con:** Prof. Dr João Paulo Viana, você poderia falar um pouco sobre sua trajetória acadêmico-profissional?

- **Entrevistado:** Inicialmente, gostaria de enfatizar que me considero um rondoniense nascido no Ceará, afinal nasci em Fortaleza, no ano de 1981, mas

aos oito anos de idade mudei para Rondônia. Sou o mais velho de uma família de três irmãos, casado com a jornalista Gabriela Cabral, pai do Leonel e do Pedro. A razão da mudança para Rondônia foi a transferência de meu pai, engenheiro civil e militar da FAB, para a Base Aérea de Porto Velho. Ainda que minhas raízes, materna e fraterna, sejam provenientes da região do sertão central do Ceará, eu tenho poucas lembranças da primeira infância em Fortaleza, pois a chegada em Porto Velho, embora eu fosse muito novo, foi algo muito impactante para mim. Toda minha memória desta fase da vida, o sentimento de pertencimento a um lugar, está em Rondônia. Aqui vivi desde os oito anos, estudei em vários colégios, fiz muitos amigos, mas aos 16 anos retornei ao Ceará para cursar o 3º ano do 2º grau, no colégio Farias Brito.

É nesse momento que tem início minha trajetória nas Ciências Sociais, particularmente na Ciência Política. Me refiro ao momento de escolha do curso que eu tentaria o vestibular. Na verdade, eu fui concluir o ensino médio em Fortaleza com o objetivo de cursar Direito. Porém, meus planos acadêmicos mudaram numa palestra de orientação vocacional, ministrada na escola por um sociólogo cearense, professor da UNIFOR, Rosendo Amorim. A partir dali, decidi que tentaria o vestibular para Ciências Sociais e que, se aprovado, me dedicaria à área de Ciência Política. Iniciei o curso na Universidade de Fortaleza, mas poucos anos depois transferi para a Universidade Federal do Ceará.

Durante esse percurso na graduação, algumas oportunidades surgiram e foram fundamentais para a minha formação acadêmica. Como, por exemplo, cursar um estágio de graduação na Universidade de Colônia, na Alemanha. Na UNIKOLN, desenvolvi minha pesquisa monográfica sobre a cláusula de barreira no sistema eleitoral alemão e suas possíveis consequências no sistema eleitoral brasileiro, tema candente, à época, previsto para entrar em vigor no sistema político brasileiro a partir da eleição de 2006. Durante a pesquisa fui orientado pelo professor André Haguette, na UFC, e pelo professor Andreas Kamp, na UNIKOLN. Além de contar com imensa ajuda do professor Valmir Lopes, da UFC. Após o período na Alemanha, e a defesa da monografia na UFC em 2005, retornei a Porto Velho recém-formado.

Pouco tempo depois, fui trabalhar como assessor de projetos pedagógicos (instrutor de cursos) na Escola do Legislativo da ALE-RO. Essa experiência profissional me abriu muitas portas em Rondônia. Alguns meses depois, eu já era professor de várias instituições particulares de ensino superior. Até dezembro de 2013, quando tomei posse na UNIR, lecionei na FARO, UNIRON, FIMCA, FCR e FAAR.

Entre 2005 e 2006 cursei uma especialização Metodologia do Ensino Superior na UNIR, sendo orientado pelo professor Clarides Henrich de Barba, tendo sido aluno também de Antônio Carlos Maciel, Walterlina Brasil, entre outros nomes de quem hoje sou colega na UNIR. No ano seguinte, iniciei o mestrado em Relações Internacionais para a América do Sul, no Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, do Rio de Janeiro. Na ocasião, fui orientado pelo professor Antonio Carlos Peixoto, já falecido, um dos pioneiros da área de RI no País. Naquele momento, empreendi estudos sobre a

chegada das maiorias étnicas ao poder na Bolívia, a partir da eleição de Evo Morales em 2005.

Com a experiência de trabalho na *Escolegis* muitas portas se abriram para mim. Assim, no ano de 2010 recebi o convite do Conselheiro do TCE-RO, Edilson Sousa Silva, para ingressar na então Escola de Contas e no Instituto de Estudos e Pesquisas do TCE-RO. Na corte de contas trabalhei durante três anos sob a direção dos conselheiros Wilber Coimbra e, posteriormente, de Paulo Curi Neto, durante as presidências dos conselheiros José Gomes de Melo e José Euler Potyguara Mello. Trabalhar numa instituição de controle como o TCE, ao lado de nomes como Adílson Medeiros, Laércio Santos, Davi Dantas, Lúcio Albuquerque, Adão Franco, Edson Sena, João Marcos Braga Jr. Rosane Serra, Eliete Mendonça, entre outros, foi um grande aprendizado para mim.

No ano de 2013, fui aprovado no doutorado na UNICAMP. O apoio que recebi de Getúlio de Brito, Maria Aparecida Gigliotti, Christiane Garcez e David Moreira na FARO; Fernando Prado e Alexandre Porto, na UNIRON, foi imprescindível para que eu seguisse da docência rumo ao doutorado. No início do doutoramento na Unicamp, fui acompanhado pelo Prof. Bruno Speck que, posteriormente, migrou para a USP. A partir daí, fui orientado pelo Prof. Oswaldo Amaral, a quem sou muito grato. Oswaldo foi um pai intelectual, seu apoio e incentivo foram fundamentais durante o curso. No ano de 2019, defendi minha tese sobre o sistema partidário subnacional rondoniense no período de 1982 a 2014.

Após morar um ano em Campinas, no final do ano de 2013 fui aprovado no concurso para professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia. Apesar de uma universidade nova, com menos de 40 anos, o DACS tem uma forte tradição institucional na UNIR. Inclusive, dois dos três últimos reitores, Ari Ott e Berenice Tourinho, são professores do departamento.

No ano de 2015, fui convidado pelo cientista político Humberto Dantas para participar do Legis-Ativo, um blog do Jornal O Estado de São Paulo, em parceria com a Ong Movimento Voto Consciente, que reúne 20 cientistas políticos de todas as regiões do País. E entre 2017 e 2019, ao lado de Danusa Marques (UnB) e Francisco (Franck) Mata Machado Tavares (UFG), tive a honra de fazer parte da primeira gestão da Diretoria regional Centro-Norte da ABCP.

Para finalizar, gostaria de frisar que sem o apoio e a generosidade de muitas pessoas, certamente, eu não teria alcançado tantas oportunidades para desenvolver meu trabalho. A fortuna maquiaveliana foi fundamental para mim, principalmente por retornar à terra que me adotou quando praticamente inexistiam cientistas políticos em Rondônia. Sou muito grato a todos que me ajudaram em minha trajetória pessoal e profissional e agradeço a oportunidade de expressar isso aqui.

- Polit(k)con: Prof. Dr. João Paulo – gostaria que o senhor abordasse os principais trabalhos que tens desenvolvido no âmbito da Ciência Política no contexto amazônico.

- **Entrevistado:** Desde o meu retorno, já formado, ao estado de Rondônia, eu venho empreendendo esforços no intuito de desenvolver trabalhos que contribuam para a institucionalização da área de Ciência Política na região Norte, particularmente no meu estado. De 2007 até aqui, organizei inúmeros seminários, congressos, cursos de extensão, audiências públicas, com o apoio de diversas instituições públicas e privadas. Nesses eventos, contamos com a participação de dezenas de estudiosos de renome nacional na área de Ciência Política. Sempre abordando temas relacionados ao sistema político brasileiro, o papel das instituições de controle na democracia, a integração sul-americana, entre outros.

Em duas ocasiões conseguimos, posteriormente, organizar obras que tiveram boa aceitação na área. Me refiro ao livro *O sistema político brasileiro: continuidade ou reforma?* organizado ao lado de Gilmar Nascimento, numa parceria entre a Editora da Universidade Federal de Rondônia (Edufro, 2008) e a Escola da Assembleia Legislativa, resultado de um seminário realizado em 2007 na ALE-RO. Essa obra conta com a participação de diversos nomes nacionais, entre eles Walter Costa Porto, Antonio Octávio Cintra, Fabiano Santos, Roberto Amaral, Filomeno Moraes, Luís Fernando Novoa entre outros. E no ano de 2011, ao lado de Patrícia Vasconcellos e Vinícius Miguel, ambos meus colegas atualmente no DACS/UNIR, organizei a obra *Integração Sul-Americana: desafios e perspectivas*, também editada pela Edufro. Uma iniciativa que partiu diretamente do Seminário sobre a integração sulamericana, realizado na UNIRON em 2009. E em 2016, organizei, com Clayton Cunha Filho, o livro *A Bolívia no século XXI: Estado plurinacional, mudança de elites e(pluri) nacionalismo* (Appris, 2016), obra que, em larga medida, analisa a primeira década da experiência de Evo Morales e do MAS no poder.

Além desses trabalhos de docência e extensão desde 2006, a partir de 2013, durante o meu doutoramento na UNICAMP, iniciei pesquisa sobre a política rondoniense, especificamente sobre o sistema partidário subnacional. Como resultado de um dos temas que abordo na tese, estou lançando nas próximas semanas, ao lado do professor da UNIR, Dante Ribeiro da Fonseca, um dos mais renomados estudiosos da História da Amazônia, o livro: *Do Território do Guaporé ao Estado de Rondônia: geopolítica, eleições e mudanças de elites na Amazônia* (EdUFRR, 2020). Nos últimos anos venho desenvolvendo trabalhos em coautorias e coorganizações com diversos colegas, mais recentemente, com Márcio Carlomagno, Valter Carvalho, Silvana Krause, Rodrigo Dolandeli, Jeison Heiler, Vitor Oliveira, Vitor Sandes, André Leão, André Coelho e Vinício Martinez.

Importante frisar também o papel que a imprensa concedeu a mim nesse processo. Até pela escassez de profissionais da área aqui no estado, desde 2006 tenho participado ativamente do debate público na mídia, sendo convidado frequentemente para entrevistas, comentários e análises em diversos meios de comunicação. Atualmente, possuo uma coluna semanal na rádio CBN Amazônia: Porto Velho. Esse é um ponto importante porque, de certo modo, contribui muito para a divulgação do papel do cientista político, que vai além da universidade.

- Polit(k)con: Você pesquisou na graduação sobre o sistema político alemão (cláusula de barreira) com enfoque e correlação com sistema brasileiro, passados mais de 15 anos, quais suas principais constatações e se elas ainda são atuais diante da recente legislação sobre a cláusulas de barreiras no Brasil?

-Entrevistado: Eu estava no último semestre da graduação na UFC, quando decidi estudar na Alemanha para realizar minha pesquisa monográfica. A UFC possui um convênio com a UNIKOLN, o que facilitou a empreitada. Não posso deixar de mencionar o incentivo e empenho dos professores André Haguette e Carlos Versiani, dos docentes da área de Ciência Política, Jawdat El-haj, Estevão Arcanjo, Valmir Lopes e Uribam Xavier, e dos professores Helza Lanz, Martonio Barreto Lima, Sérgio Barreira, Manuel Domingos, Francisco Moreira Ribeiro e Pedro Albuquerque, para que eu fosse cursar o estágio de graduação em Colônia.

Naquele momento, procurei algo que tivesse alguma relação entre a política brasileira e a política alemã. Embora a Alemanha adote o sistema eleitoral misto (ou como denomina o cientista político Dieter Nohlen, proporcional personalizado), bem distinto do modelo brasileiro, a Lei dos Partidos 9096/95 incorporou uma cláusula de barreira de 5% prevista para entrar em vigor no sistema eleitoral brasileiro após três eleições, ou seja, a partir da eleição para a Câmara dos Deputados de 2006. Posteriormente, logo após aquela eleição, o instituto foi considerado inconstitucional pelo STF.

Há vários aspectos distintos do caso alemão, onde a cláusula surgiu no pós-guerra com os objetivos fundamentais de evitar a chegada ao parlamento de partidos extremistas, de direita e esquerda, assim como também a elevada fragmentação partidária que durante a República de Weimar contribuiu para a chegada do Partido Nazista ao poder. Acredito que uma das principais diferenças resida no fato de que na Alemanha o partido que não alcançar o percentual de 5% (ou três mandatos diretos, que é uma alternativa) não elege representantes. No caso brasileiro, o parlamentar assume o mandato. Isso estava previsto tanto na proposta considerada inconstitucional pelo STF em 2007, quanto no atual modelo em vigor, aprovado pela reforma política de 2017, que iniciou com 1,5% na eleição de 2018, e chegará até 3% em 2030. Alguns autores, mais recentemente, divergem quanto ao uso das nomenclaturas cláusula de barreira, exclusão ou desempenho. Na minha opinião, são sinônimos.

Nesse sentido, há também uma grande diferença entre a cláusula de barreira que o STF considerou inconstitucional e o modelo atual, que é a questão do funcionamento parlamentar. No dispositivo atualmente em vigência, o partido não perde o direito de participação em comissões e cargos. Mas permanece proibido ao acesso a recursos públicos, como fundo partidário, e tempo de Rádio e TV.

De fato, a existência de barreiras à representação política é sempre algo muito polêmico, principalmente quando estamos nos referindo ao caso de um sistema proporcional que, em essência, busca garantir que as mais diversas opiniões existentes em uma sociedade alcancem representação no parlamento. Por outro lado, o arranjo institucional do presidencialismo de

coalizão brasileiro não comporta trinta partidos representados na Câmara dos Deputados, o que acarreta sérios riscos de governabilidade ao nosso sistema político. Vale recordar que o fim das coligações proporcionais, que vigorou pela primeira vez na eleição municipal de 2020, pode também, ao lado da barreira atual progressiva que chegará a 3% em 2030, contribuir para a diminuição do quadro partidário atual no País. Vejo com bons olhos ambas medidas adotadas pelo parlamento na reforma política de 2017. Vamos aguardar.

- Polit(k)con: No mestrado, você pesquisou sobre a questão relação etnia-povo no Governo do Presidente Evo Morales, a que constatações tu chegaste sobre a democracia plurinacional do contexto boliviano e suas nuances?

-Entrevistado: A chegada de Evo Morales e do MAS ao poder na Bolívia, entre 2005 e 2006, coincidiu diretamente com a minha entrada no programa de mestrado em Relações Internacionais do CEBELA, voltado aos estudos sobre a América do Sul. Uma questão que muito me incomodava à época era o termo populismo, usado indiscriminadamente, principalmente, pela imprensa, para denominar governos que chegavam ao poder na América do Sul naquele momento. Termo que, em larga medida, havia sido incorporado pela imprensa desde os neoliberais da década de 1990, os "neopopulistas", Collor, Menem e Fujimori. Esse, na minha opinião, é um conceito que pouco explica e muito mais atrapalha. Ademais, não podemos comparar as experiências recentes boliviana e venezuelana, como a mídia constantemente faz. São coisas distintas, principalmente no tocantes ao tema das clivagens étnicas que caracterizam a Bolívia.

Nesse contexto, empreendi pesquisa sobre a ascensão de Morales e do MAS ao poder na Bolívia sob uma perspectiva que desconstruísse a ideia de populismo. Assim, observei a emergência das maiorias étnicas ao poder como resultado direto da construção histórica das lutas populares na Bolívia. Eu estudei bastante a história política boliviana, além do tema do populismo, seja as experiências latino-americanas clássicas, do varguismo e do peronismo, como também o caso do MNR e a revolução de 1952 na Bolívia. Foi um período de grande aprendizado intelectual, no qual contei com uma relação de ativa interlocução com Antonio Carlos Peixoto e Máximo Masson.

Ainda sobre a dissertação, quem conhece a fundo a história boliviana sabe que os indígenas sempre exerceram um papel fundamental de resistência e organização política, numa realidade marcada, sobretudo, pela espoliação e forte dominação nas elites oligárquicas, desde a colonização espanhola. A instabilidade política crônica é uma marca da política boliviana e a vitória de Morales no início do século XXI abriu o caminho para a construção de uma inédita institucionalidade democrática, após duas décadas de uma suposta estabilidade construída pela democracia pactuada (1985-2005), assentada sob o neoliberalismo, que entrou em colapso no início do século XXI.

Então, após Morales enfrentar grandes turbulências no momento inicial de seu governo, a partir de 2008 o povo boliviano vivenciou um período inédito na história do país. Durante mais de uma década, a Bolívia apresentou o maior crescimento econômico entre os países do subcontinente, além de

enormes avanços no plano social e político. Embora Morales, ao tentar o quarto mandato, tenha sido o grande responsável pela crise de 2019, ele foi também o principal nome desse processo político que trouxe enormes ganhos institucionais à Bolívia. É tanto que após um ano do golpe que retirou Morales do poder, e do retorno da instabilidade política, os bolivianos elegeram o Luís Arce e o, MAS nas eleições presidenciais de 2020. Enfim, o processo político que a partir da segunda metade dos anos 2000 revolucionou a Bolívia retoma o seu curso com a eleição de Arce, sendo ratificado pela imensa maioria do povo boliviano.

- *Polit(k)con.* No doutorado, tu pesquisaste sobre a competição eleitoral e os subsistemas partidários nacionais, tendo como foco o estado de Rondônia, que traços tu destacarias do presente a serem observados como mais ênfase pela Ciência Política regional? Haveria uma espécie de “continuidade” locais dos partidos regionais da 1ª República, guardadas as devidas proporções?

- *Entrevistado:* Essa tradição de estudar a política nos estados vem desde as pesquisas seminais lideradas por Olavo Brasil de Lima Jr., pioneiro e grande incentivador no País dos estudos sobre a política em nível subnacional. Não obstante, é notório ainda hoje que a Ciência Política brasileira tem se dedicado pouco ao tema dos sistemas partidários estaduais. Assim, minha decisão de estudar a política rondoniense como tema de meu doutoramento veio a partir de duas questões fundamentais. Primeiro, a oportunidade de retornar ao estudo dos partidos e as eleições, temática que eu, como dito anteriormente, havia iniciado os estudos ainda na graduação. Segundo, a oportunidade de pesquisar Rondônia, tendo em vista que, naquele momento, em 2013, se tratava de uma pesquisa inédita no estado. Não havia, até então, nada sobre os partidos e as eleições publicado a partir da universidade rondoniense.

Nesse sentido, uma das questões que mais me chamavam a atenção era o fato do subsistema partidário rondoniense, fundado a partir da instalação do estado em 1982, ter apresentado durante as décadas de 1980 e 1990 os maiores índices de volatilidade eleitoral entre as unidades federadas, além de elevada fragmentação. Essas características, denotariam, conforme uma parte da literatura institucionalista, um caso notório de baixa institucionalização.

O tema ficava ainda mais claro para mim durante a disciplina sobre partidos e representação política, ofertada no doutorado pela Profa. Rachel Meneguello, e a disciplina de Política brasileira, ministrada pelo Prof. Armando Boito, além dos debates no grupo de estudos em política brasileira, ligado ao CESOP, do qual fiz parte durante minha estadia em Campinas. Nesse período, os conselhos e sugestões de Andrei Koerner, Wagner Romão, Andréa Freitas, Valeriano Costa, Rony Coelho, Bruno Sousa da Silva, Fernando Bizzarro, Mario Montanha, Charles Lucas, Raulino Chaves, Anilisa Gonçalves e Monize Arquer, também foram fundamentais.

Paralelamente, outro tema que abordo na tese é a questão da mudança da elite política rondoniense que se transfere da capital, Porto Velho, para o eixo da BR-364. Processo iniciado lentamente ainda na segunda

metade da década de 1970, juntamente com o início da transição ao estado, e concluso no início no início dos anos 1990. Muito interessante observar como um subsistema partidário, que em 1982 possuía três partidos disputando a eleição, em 2014 contava com quase 30 partidos na competição eleitoral. De fato, estamos falando de um sistema aberto, plural e competitivo, o que expressa, entre outras coisas, o quanto avançamos democraticamente.

Certamente, temos ainda hoje grandes diferenças entre os sistemas partidários estaduais, embora nas últimas duas décadas venha ocorrendo, de certo modo, um processo de maior influência da competição eleitoral nacional, principalmente, a partir das eleições presidenciais, o que pode favorecer a construção de uma dinâmica mais uniforme, mesmo diante de realidades bastantes distintas. Se é fato que a “presidencialização das eleições” pode contribuir para isso, por outro, podemos afirmar que os sistemas partidários estaduais durante a Nova República se constituíram sob forte diversidade, como partidos fortes em alguns estados e regiões, e fracos noutros lugares. E se temos ainda partidos regionais, por outro lado, temos grandes legendas nacionais como PMDB, PT, PSDB, DEM, PP, e, talvez, mais algumas legendas.

Sobre o tema da política subnacional, estou participando atualmente de um projeto coordenado pelos cientistas políticos Denise Paiva e Pedro Pietrafesa. Trata-se de uma coletânea que reúne cientistas políticos de todas as regiões do País. Na obra, que será lançada pela editora da PUC-GO, mais de dez estados são analisados. Juntamente com Vitor Sandes-Freitas, meu colega dos tempos da UNICAMP, escrevo um capítulo sobre a política rondoniense. A iniciativa de Denise e Pedro será fundamental para alavancar os estudos brasileiros sobre a política em nível subnacional.

- Polit(k)con: Você é um dos principais fomentadores e incentivadores para expansão da Ciência Política no Centro-Norte brasileiro, inclusive como ex-membro da Diretoria da Regional Centro-Norte da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Conte um pouco dos principais desafios para a área na região.

- Entrevistado: Inicialmente, eu gostaria de enfatizar a importância da criação das diretorias regionais durante a gestão da ABCP nacional, encabeçada pelo Prof. Renato Perissinotto. Trata-se de uma bela iniciativa para aprofundar o processo de desenvolvimento da Ciência Política brasileira, principalmente, nas regiões Centro-Oeste e Norte. Vale mencionar que essa é a única regional composta por duas regiões, sobretudo, por serem as regiões onde a Ciência Política alcançou menor grau de institucionalização. Não poderia deixar de registrar aqui os meus agradecimentos, por todo o apoio e incentivo para a formação da nossa chapa, a Wagner Pralon Mancuso, Maria do Socorro Braga e Flávia Biroli, além de Mara Telles e Paulo Peres, esses dois últimos, na ocasião, eleitos para as regionais sul e sudeste.

Nesse contexto, a experiência de participar da primeira diretoria regional foi muito gratificante, um trabalho que valeu a pena. Acredito que o grande legado da gestão compartilhada por mim, Danusa e Franck foi contribuir para que os cientistas políticos do Centro-Oeste e do Norte se conhecessem. A realização do I Encontro da ABCP Centro-Norte, no IPOL-UnB,

em setembro de 2017, foi fundamental para iniciarmos esse processo de aproximação e relação entre os colegas.

No caso da região Norte, podemos afirmar que apenas o Pará possui uma Ciência Política institucionalizada. A UFPA conta há mais de uma década com o único programa acadêmico de pós-graduação *stricto sensu* da região. Isso foi possível também porque na segunda metade dos anos 1990 o Pará conseguiu formar quadros a partir da realização de um MINTER com o antigo IUPERJ. Nomes importantes participaram desse processo por lá, como Cauby Monteiro, Dolores Silva, Carlos Augusto Souza, Edir Veiga, entre outros. De alguns anos para cá, o PPGCP da UFPA tem se fortalecido ainda mais, inclusive, com uma nova geração de pesquisadores, como Eugênia Rosa Cabral, e ainda mais recentemente, Rodrigo Dolandeli, Leonardo Barros e outros importantes nomes.

Roraima é outro caso, talvez ao lado do Amapá que possui um PPG em Estudos da Fronteira, onde a área está um pouco mais avançada na região Norte. Vale frisar que a UFRR teve um reitor cientista político, o Prof. Roberto Ramos. Lá, eles também realizaram um DINTER com a UFRGS e fundaram o Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (NUPEPA), dirigido atualmente pela cientista política Geyza Pimentel. Ambas, UFPA e a UFRR efetivaram também parcerias de DINTER com a UnB, na área de Relações Internacionais. Pelas razões expostas acima, não é de se estranhar que a Ciência Política tivesse avançado mais nesses lugares, principalmente no Pará.

Por outro lado, estados importantes como o Amazonas pouco avançaram na institucionalização da área. O Breno Rodrigo Leite tem liderado essa missão por lá, porém, praticamente sozinho. Importante mencionar que em Rondônia e no Acre também foram ofertados um DINTER e um MINTER em Ciência Política, respectivamente, pela UFRGS e o antigo IUPERJ. Porém, não foram cursos recepcionados nesses estados por suas universidades federais. Mesmo assim, inegavelmente, iniciativas como essas contribuem para a formação de recursos humanos na área. No caso rondoniense, a Faculdade Católica, por iniciativa do seu diretor Prof. Fábio Hecktheuer, ofertou um DINTER com a UFRGS e isso contribuiu para a formação de importantes quadros por aqui. Em Rondônia, atualmente, somos cerca de vinte doutores em Ciência Política. Há 10 anos, não havia nenhum.

Certamente, a expansão da área no Centro-Norte passa pela formação e capacitação de profissionais, a criação de programas de pós-graduação e, conseqüentemente, o desenvolvimento da pesquisa acadêmica. E como fazer ciência requer, necessariamente, recursos financeiros, apoio público e privado, eu vejo com muita preocupação o cenário atual tendo em vista o contínuo processo de cortes orçamentários, motivado pela falta de interesse do governo federal em relação ao desenvolvimento do conhecimento, principalmente, na área das Ciências Humanas. Em se tratando de Amazônia, isso se torna ainda mais preocupante.

- *Polít(k)con*: Como você avalia o mercado de trabalho para o cientista político na região, lacunas e potencialidades, posto que você já atuou/atua para além da academia?

- **Entrevistado:** Há atualmente um movimento nacional entre os colegas cientistas políticos, diga-se de passagem, recente, que tem como objetivo fomentar o debate sobre a questão da profissionalização do cientista político, o que vejo com muito bons olhos. É fato que nossa área de atuação ainda está restrita majoritariamente ao campo acadêmico, na docência e na pesquisa em institutos e universidades. Na minha visão, a profissionalização da Ciência Política poderia contribuir para o aumento do leque de oportunidades.

Confesso que algo que me incomoda muito é ver editais de concursos, por exemplo, em casas legislativas, não ofertarem vagas para cientistas políticos. Acredito que a ABCP tem um papel fundamental de mudança dessa realidade. Certamente, um profissional com formação em Ciência Política é requisitado para atuar nas áreas de consultoria e assessoria em parlamentos municipais, estaduais e no Congresso Nacional, em instituições públicas e privadas de pesquisa, consultorias de análise de risco político, e o próprio advocacy, em alta no momento, entre outras áreas e atividades. Há grandes possibilidades no mercado, mas é preciso, além de um profissional altamente capacitado, garantir esses espaços.

- **Polit(k)con: Conte-nos um pouco sobre sua experiência em participação da elaboração do livro Dicionário das Eleições, o que podemos esperar da obra em termos de refinamentos conceituais, aplicados ao cotidiano da Política enquanto processo educativo e de pesquisa?**

- **Entrevistado:** Trata-se de uma fantástica iniciativa de quatro renomados acadêmicos, três baianos e um paulista. Os professores Cláudio André de Souza, Jaime Barreiros Neto, Frederico Alvim e Humberto Dantas conseguiram reunir um time de 230 estudiosos da Ciência Política, da Sociologia Política e do Direito Eleitoral, de todos os estados brasileiros. Em tempo recorde, durante a pandemia, a obra foi escrita e publicada pela editora Juruá. É um trabalho fundamental à pesquisa, composto por mais de 650 verbetes que auxiliam tanto ao acadêmico pesquisador, quanto ao operador do direito em seu cotidiano.

Abordar de forma didática e acessível ao grande público temas e conceitos, por vezes, polêmicos e complexos, para mim é uma das características principais da obra. Certamente, é um daqueles livros que todo estudioso da Ciência Política e do Direito Eleitoral deve ter em sua biblioteca. Minha contribuição resume-se a dois verbetes: Lei do Terço (uma lei eleitoral do período do Império) e Institucionalização de Sistemas Partidários. Uma honra e um privilégio fazer parte desse trabalho.

- **Polit(k)con: Como você analisa a democracia eleitoral, em termos substantivos e procedimentais, no Brasil?**

- **Entrevistado:** Eu acredito que, do ponto de vista eleitoral, a democracia brasileira seja um exemplo bem-sucedido. Nós enfrentamos duas ditaduras no século XX, algo muito doloroso para uma nação. Mas a partir da segunda metade da década de 1980 retomamos a democracia e inegavelmente, além do plano eleitoral, avançamos muito entre 1994 e 2014. E mesmo que não concordemos com o atual presidente, viramos à direita após anos de governos progressistas. E isso faz parte do jogo democrático. É óbvio que temos inúmeros problemas, porém, esse período de vinte anos que

mencionei, a meu ver, pode ser considerado como “os anos dourados” da democracia brasileira, com enormes e inéditos ganhos políticos, econômico e sociais.

Retornando ao aspecto eleitoral, importante mencionar que há um pluripartidarismo que é cláusula pétrea na Constituição, sendo justificado, sobretudo, pela heterogeneidade e a pluralidade de valores que marcam a sociedade brasileira. Os partidos, ainda que em crise no mundo, representam muito para nossa sociedade, não à toa assistimos durante vinte anos PT e PSDB se revezarem no poder ao liderarem dois grupos, de centro-esquerda e centro-direita, respectivamente, a partir da disputa presidencial.

Somos uma democracia de massas, com um dos maiores eleitorados do mundo. Outro ponto importante é a lisura do processo eleitoral organizado pelo TSE, que tem se demonstrado transparente e ágil, um exemplo mundial. Tenho severas críticas no que se refere a forma como a Justiça Eleitoral vem intervindo em temas do regramento do sistema eleitoral, mas no que tange ao formato de organização das eleições é inegável o excelente papel desempenhado pelo TSE. É uma pena que irresponsáveis queiram atualmente deslegitimar essas conquistas institucionais. Infelizmente, o PSDB, ao contestar o resultado das urnas, fez isso em 2014 e deu no que deu. Há um horizonte perigoso para 2022 e o exemplo americano recente comprova esse clima de incertezas. É necessário que nossas instituições estejam atentas.

- Polit(k)con: Que livros e temas de pesquisa você sugeriria aos que se interessam pelos estudos da Ciência Política?

Entrevistado: Estou entre aqueles que acredita que para ser um bom cientista político é necessário conhecer bem a teoria política, o pensamento político clássico e moderno, de Platão a Marx, passando por Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, Os Federalistas, Stuart Mill, entre outros. Recomendo sempre aos meus alunos na graduação que se dediquem ao estudo da Teoria Política, e que isso será de fundamental importância para a continuação dos estudos na pós-graduação, inclusive, em qualquer área da Ciência Política.

Mas para responder essa pergunta, um tanto quanto difícil, gostaria de puxar um pouco para minha área de pesquisa em instituições políticas, partidos e eleições. Além de autores contemporâneos da teoria política, e suas obras clássicas, como Robert Dahl, e a Poliarquia; Arend Lijphart, com Modelos de Democracia; Maurice Duverger e Os Partidos Políticos; Giovanni Sartori e a obra Partidos e Sistemas Partidários; eu citaria na Ciência Política brasileira um livro que foi muito importante em minha formação.

Me refiro a uma obra que, de fato, desmistificou muita coisa sobre nosso sistema político Trata-se do livro escrito por Argelina Figueiredo e Fernando Limongi: Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional, publicado pela FGV em 1999. Esse livro, acredito, teve um papel revolucionário em nossa área, porque demonstrou que, ao contrário da crítica quase generalizada do pós-constituinte, nosso sistema político e o modelo de presidencialismo de coalizão, apesar de todos os problemas, funcionava de forma satisfatória. E os partidos, pelo menos na arena legislativa, se

comportavam de forma coesa e disciplinada, possibilitando ao governo a construção de maiorias aptas a governar.

Tem muita coisa boa produzida pelos nossos cientistas políticos. As teses de doutorado do Jairo Nicolau e da Maria do Socorro Braga, por exemplo, foram publicações que também exerceram grande influência sob a forma como eu enxergaria o nosso sistema partidário. Não obstante, se eu fosse elencar tudo aqui a lista seria imensa.

- **Entrevistado:** Confesso que me emocionei muito durante esta adorável entrevista, principalmente, por relembrar minha trajetória em 15 anos de atuação profissional. Gostaria de agradecer o honroso convite para ser entrevistado nesse primeiro número da Revista Politi(k)con, da qual tenho o privilégio de fazer parte dos conselhos editorial e consultivo. Uma excelente iniciativa liderada pelo Prof. Raimundo França, meu colega e um querido amigo. Tenho certeza de que o periódico será uma referência para a área nas regiões Centro-Oeste e Norte, e que muito contribuirá para o processo de institucionalização, em curso, da Ciência Política em ambas as regiões. Muito obrigado!

Agradecimentos: a revista **Politi(k)con** agradece ao professor/pesquisador pela colaboração neste periódico.

POLITI(K)CON